

Ata da 53ª Sessão Ordinária do Conselho Social / FUNDEB – Rio de Janeiro, realizada em 11 de setembro de 2013.

Aos onze dias do mês de setembro de 2013, realizou-se nas dependências da Secretaria Estadual de Educação a quinquagésima terceira reunião do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro. Presentes os Senhores Conselheiros Titulares: Délio Carneiro Marques, Joana Pimentel Meneses de Farias, Marco Antônio Rosa Silva, Marlene Puerta Coelho, Rosemary Borges Pereira e Conselheiros Suplentes: Carlos Alexandre Lima Nogueira e Ana Maria da Silva Sá. Registra-se, ainda, a presença da Sra. Aline Ribeiro, representante da Contabilidade, do Sr. Fernando Kaczelnik, gestor público do Plano de Ações Articuladas da SEEDUC e do Sr. Roberto de Carvalho de Azevedo, representante da Superintendência das Regionais Administrativas.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente concedeu a palavra a Sra. Aline para que esclarecesse os questionamentos realizados na última reunião acerca das Prestações de Contas. Consignou, a representante da Contabilidade, que respondeu, via email, os questionamentos levantados pela Conselheira Creuza sobre as diferenças de valores entre os sistemas SIG x SIAFEM nos anos de 2008, 2009, 2011 e 2012, sendo comprovado, assim, que não ocorreu nenhuma divergência financeira durante o período. Ademais, apresentou o relatório de agosto de 2013 e informou que os recursos recebidos pela Secretaria nesse mês foram insuficientes, sendo necessário aguardar a entrada de recursos do mês de setembro.

Logo após, o Sr. Presidente apresentou as minutas de ofício a serem encaminhadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, que foram aprovadas pelos Conselheiros.

Em continuidade à pauta, o Sr. Fernando, atual gestor do Plano de Ações Articuladas da SEEDUC (PAR/SEEDUC), foi convidado a fornecer maiores informações sobre os projetos (objetivos, fases de execução e etc.) que contam com repasses de verbas do MEC/FNDE e demandam parecer do Conselho.

O Sr. Fernando esclareceu que o Plano de Ações Articuladas é um projeto quadrienal, que está passando por um momento de atualização na Secretaria de Estado de Educação com alterações em suas subações, para que se adequem às atuais necessidades.

Afirmou que perante o FNDE o gestor deve prestar contas, por meio de um Termo de Compromisso, ao final do Contrato ou até 60 dias após a entrega em caso de compras

de bens. Informou, ainda, que no momento de prestar contas ao MEC/FNDE irá, também, apresentar o relatório um mês antes ao Conselho para que ele possa apreciar.

Após, o gestor Fernando explicou detalhadamente como funciona como os recursos do PAR são utilizados e quais as ações são permitidas com os recursos recebidos pelo MEC/FNDE, tais como compra de produtos e serviços. Ademais, esclareceu como se estrutura o Termo de Compromisso.

O Sr. Presidente arguiu ao gestor se a Secretaria possui o “Programa Pro Jovem Urbano” e, em caso afirmativo, se ele pode ser financiado pelo PAR. O que será verificado e informado na próxima oportunidade.

Além disso, o gestor afirmou que atualmente no PAR estão em andamentos compras de produtos (mobiliários, *tablets*, ventiladores e computador interativo) e serviços de formação de servidores e seminários.

Outrossim, registrou que a EMOP encaminhou ofício à SEEDUC consignando que não irá realizar mais obras com recursos federais até que exista prévia aprovação técnica do Tribunal de Contas da União. Tal fato inviabiliza que recursos do PAR sejam utilizados para obra.

Logo em seguida, o Sr. Presidente perguntou ao Conselheiro Carlos Alexandre sobre a situação do Colégio Manuel Bandeira situado em Duque de Caxias. Em resposta, o Conselheiro destacou que foi realizado um estudo em 2010/2011 sobre o estado físico de toda a rede estadual e foi estabelecida uma classificação técnica com indicadores de péssimo a ótimo, sendo priorizadas as unidades as piores indicações. Assim, irá verificar as ações previstas para o Colégio e sublinhou as intervenções realizadas em Duque de Caxias recentemente.

Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Délio. Nesse ínterim, sugeriu que fosse realizada uma avaliação do Evento do Seminário do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre Controle Social da Educação.

O Conselheiro iniciou sua exposição observando que a participação no Evento do Ministério Público foi uma nova experiência. Asseverou a pouca presença de pais de alunos no seminário. Protestou contra o descrédito para os Conselhos Sociais e a falta de estrutura do FUNDEB e propôs que seja encaminhado um ofício ao Executivo propondo que no próximo Plano Plurianual seja disponibilizada uma verba para os referidos Conselhos. Outrossim, levantou a questão de que a Sociedade Civil deve ser mais estimulada a participar das atividades do Conselho.

Retomando a palavra, o Sr. Presidente concordou com as observações realizadas pelo Conselheiro Délio. Registrou que o Conselho tem avançado e atualmente é um dos sete estados da federação com o cadastro regular perante o FNDE. Esclareceu que foi

elaborada uma legislação interna para que fosse incentivada a maior participação da sociedade.

Frente às considerações, o Sr. Presidente afirmou que o espaço do Conselho deve ser a rede mundial de computadores, pois as suas ações podem ser disponíveis a qualquer, pessoa em qualquer lugar, como tem sido feito realizado pelo FUNDEB. Além disso, registrou que pessoalmente não vê com bons olhos que o Conselho receba verbas, o que pode ser feito é tentar alguma forma diminuir os gastos despendidos pelos conselheiros.

A Conselheira Rosemary solicitou que o Conselho do FUNDEB elabore um ofício à Secretaria Geral do Conselho Estadual de Educação nomeando um suplente a sua vaga. Sugeriu, também, que as reuniões do Conselho fossem realizadas em prédio do Estado situado no Centro do Rio de Janeiro e que o Conselho do FUNBED, o Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho Estadual de Educação fossem reunidos em um mesmo espaço.

Por fim, foi solicitado que os Conselheiros que trabalhem no prédio da Secretaria de Estado de Educação estejam na sala de reunião às 15h e que seja disponibilizada uma lista com o nome dos Conselheiros para que se facilite o acesso.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, e para constar, eu, Cibeli Ambrosio, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2013.

---

Marco Antônio Rosa Silva  
PRESIDENTE

---

Cibeli Ambrosio  
SECRETÁRIA